



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

1 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS
3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO
4 DE 2021, POR VIDEOCONFÊRENCIA.

5 Aos 14 (quatorze) dias do mês de maio de 2021, às 09h:00, deu-se início
6 a reunião por videoconferência dos membros da Comissão Permanente
7 de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
8 Grilagem (CPMEAQLG), em razão da pandemia mundial pelo COVID-19,
9 conforme regulamentação do CNJ, utilizando-se a ferramenta Microsoft
10 Teams. Participaram da reunião o Excelentíssimo Dr. Desembargador
11 Mairton Marques Carneiro, Ouvidor Agrário; a Dra. Maria Adelaide
12 Cardoso Trindade, Secretária Geral da Ouvidoria Agrária e o Dr. Laércio
13 dos Santos Rosa Junior, Assessor da Ouvidoria Agraria, na função de
14 Secretário desta CPMEAQLG. Participaram da videoconferência os
15 membros: Dra. Caroline Amarante, Representante do INCRA; Dr. Thiago
16 Ferreira, Representante do ITERPA; Dr. Miguel Fernando Gualberto e
17 Dra. Naire Fragoso Rei, Representantes da OAB/PA; Dr. João de Jesus
18 Souza, Representante da FETAGRI/PA; Dra. Eliana Zacca; Dra. Herena
19 Neves Maués e Dra. Ione Nakamura, Representantes do MP/PA; Dra.
20 Janyce Verella Neiva, Representante da PGE; Dr. Antônio Carlos
21 Apolinário, Representante da ANOREG; Dr. Wagner Nascimento Vaz,
22 Representante da DPU. Também participaram os Excelentíssimos
23 senhores Juízes Agrários: Dr. Amarildo Mazutti, Juiz Agrário de Marabá e
24 Dr. Antônio Fernando Villar, Juiz Agrário de Altamira. Tiveram suas
25 ausências justificadas: Dr. André Filo-Creão, Ouvidor Agrário Adjunto e
26 Juiz Agrário de Castanhal; Dr. Waldir Macieira Filho, Representante do
27 MP/PA; Dr. Haroldo Silva da Fonseca, Juiz Agrário de Redenção; Dr.
28 Manuel Carlos de J. Maria, Juiz Agrário de Santarém; Dr. Mário Solano,
29 representante da FAEPA; Dr. Girolamo Treccani, Representante da
30 FETAGRI e Dr. Tiago Marçal Lima, Representante da AGU. A reunião foi
31 transmitida ao vivo, gravada em áudio e vídeo, com transcrição realizada
32 pela empresa Steno Voice, por meio de estenotipia computadorizada.

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

33 **PAUTA:** 1. Aprovação da ATA de Reunião ocorrida em 16/04/2021; 2.
34 *Informe: Participação do Ouvidor Agrário na reunião operacional acerca*
35 *da Ação de Reintegração de Posse (Processo nº 0812886-*
36 *69.2021.814.0301), ref. ao imóvel denominado BASE TAPANÃ, que*
37 *ocorreu no dia 30/04/2021; 3. Relatório da Comissão de Direitos Humanos*
38 *e Defesa do Consumidor da ALEPA, sobre a Diligência ocorrida no*
39 *Município de Goianésia do Pará: Denúncia de conflitos na Fazenda*
40 *Triângulo; 4. Informações sobre as atividades realizadas pelo Grupo de*
41 *Trabalho no Marajó; 5. O que ocorrer. **ITEM 1:** Havendo quórum, o DES.*
42 *PRESIDENTE iniciou a reunião submetendo à aprovação a ATA da última*
43 *reunião, ocorrida em 16/04/2021. A referida ATA foi aprovada, por*
44 *unanimidade. **ITEM 2:** DES. PRESIDENTE: Para o item II temos a*
45 *participação do Ouvidor Agrário na Reunião Operacional acerca da*
46 *Reintegração de Posse número tal, referente ao imóvel na Base Tapanã*
47 *que ocorreu no dia 30/4. Eu estive presente nessa reunião no dia 30 de*
48 *abril, na reunião operacional, coordenada pelo tenente coronel Aquino,*
49 *para tratar desta ação de reintegração de posse. E em que pese não ser*
50 *agrário, entretanto, nosso pensamento já é também em ingressar já nas*
51 *contendas coletivas urbanas. Por isso, eu me fiz presente, mesmo porque*
52 *eu estava querendo resguardar os direitos humanos. E lá estive, né? Ouvi*
53 *atentamente o que foi delimitado pelo setor que ia fazer essa reintegração*
54 *de posse da Polícia Militar. E lá, inclusive, como está dito aqui, né? Houve*
55 *uma publicação também, no nosso portal do TJ-PA, onde lá, no dia, eu*
56 *coloquei que estava muito bem, estava tudo bem idealizado, planejado,*
57 *entretanto, eu só queria uma coisa, que fosse respeitado os direitos*
58 *humanos. E efetivamente foi respeitado os direitos humanos. Inclusive eu*
59 *recebi depois do comando, que além de ser respeitado, foi mansa,*
60 *pacífica, sem problema nenhum, o anseio de todo mundo. E acho que as*
61 *pessoas que não tinham para onde ir, a própria empresa requerente deu*
62 *condições para que as pessoas fossem embora. Então entendo eu que*
63 *foi um ponto para a própria comissão. Eu lá estava representando não só*
64 *a ouvidoria mas sim também a comissão. **ITEM 3:** DES. PRESIDENTE:*
65 *Como terceiro, eu recebi da Alepa um comunicado e uma denúncia da*

2

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

66 Fazenda Triângulo, ela fica localizada em Goianésia do Pará. E o relatório
67 que eu recebi da Alepa no dia 20/4/2021, encaminhado através do Ofício
68 número 020/2021, na mesma data encaminhei aos membros da
69 comissão. E trata-se de possível denúncia de violação de direitos
70 humanos decorrente da ação de agentes de segurança pública. A ação
71 aconteceu na Fazenda Triângulo, no município de Goianésia do Pará. Eu
72 achei por bem dar conhecimento aos membros da comissão. Imagina
73 uma pessoa que não gosta de ver os direitos humanos vilipendiados, sou
74 eu. Então, eu encaminhei para todos da comissão, para todos tomarem
75 conhecimento. E na data do dia 29/4, a Alepa encaminhou à ouvidoria
76 ofício circular, através do deputado Bordalo, notificando a ocorrência de
77 ação de despejos exercida por agentes de segurança pública com aval
78 do Poder Judiciário. Em resposta, a Ouvidoria Agrária, eu já *ad*
79 *referendum* da comissão, encaminhei ofício ao deputado solicitando
80 relação de todas as ações de despejo que tenham ocorrido, de acordo
81 com a forma apresentada, para que sejam tomadas as devidas
82 providências. Por que eu fiz isso? O deputado Bordalo, ele me colocou no
83 ofício dele, que as ações, com aval do Poder Judiciário. Eu quero saber
84 quais são as ações. Vejo eu, não só eu, como a própria comissão deseja,
85 saber quais são essas ações que estão com o aval do Poder Judiciário,
86 que eu não sei. Ele me informa, a Fazenda Triângulo aqui. Já foi tomada
87 as providências em relação à Fazenda Triângulo. E eu queria saber, e
88 ele, até o momento, estou aguardando a resposta que ele tem a me
89 encaminhar. Até o momento ele não mandou, mas eu estou esperando,
90 estou esperando, porque nós temos que tomar, vejo eu, a Ouvidoria
91 Agrária, não só a ouvidoria mas a nossa comissão, temos que tomar um
92 posicionamento quanto a isso. Nós não podemos deixar que o ser
93 humano seja vilipendiado, seja por quem quer que seja. Seja pelo
94 fazendeiro, seja o ocupante. Nós temos que saber quais são os reais
95 motivos que levam a isso. Agora, dizer que está com aval do Poder
96 Judiciário, por isso eu fiz essa minha participação. Agora, vocês estão
97 notando que o Dr. Laércio não está conosco, está a nossa secretária geral
98 da ouvidoria. Por quê? Eu tinha que participar da nossa reunião, mas o

3

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

99 comando da Polícia Militar também me solicitou presença em uma reunião
100 para que fosse tratado... Qual é a ocupação, Adelaide, que o Dr. Laércio
101 vai agora? SRA. MARIA ADELAIDE CARDOSO TRINDADE: Vai para
102 uma reunião do comando de operações especiais. DES. PRESIDENTE:
103 Tá, mas qual é? Me informe qual é a área. SRA. MARIA ADELAIDE
104 CARDOSO TRINDADE: Só um minutinho. Me dê a área aqui. [falas
105 sobrepostas] DES. PRESIDENTE: Se não me falha a memória, é
106 [ininteligível]. SRA. MARIA ADELAIDE CARDOSO TRINDADE: No Aurá.
107 É no Aurá. DES. PRESIDENTE: É no Aurá, né? Sinceramente, não sei.
108 O Dr. Laércio está indo me representando, porque eu não poderia estar
109 lá, mas ele vai estar já com todas as coordenadas possíveis e imaginárias,
110 com o meu aval, e qualquer situação que ocorra lá ele vai me telefonar e
111 nós verificaremos o que podemos fazer. Qual é o dia que vai ser feita?
112 Hoje é uma reunião operacional, né? Para mostrar o plano que eles estão.
113 SRA. MARIA ADELAIDE CARDOSO TRINDADE: Estou pedindo aqui
114 dele, doutor. DES. PRESIDENTE: Oi? SRA. MARIA ADELAIDE
115 CARDOSO TRINDADE: Estou pedindo a do Laércio aqui para verificar.
116 DES. PRESIDENTE: Veja só e mande logo o Laércio ir, que é 10 horas
117 da manhã, tá? SRA. MARIA ADELAIDE CARDOSO TRINDADE: É. A
118 operação vai ser no dia 17 de maio. DES. PRESIDENTE: Hoje é a
119 reunião, né? SRA. MARIA ADELAIDE CARDOSO TRINDADE: A reunião.
120 ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Já segunda-feira, né? SRA. MARIA
121 ADELAIDE CARDOSO TRINDADE: Já é segunda-feira, dia 17 de maio.
122 Hoje às 14h. DES. PRESIDENTE: Segunda-feira o que é? SRA. MARIA
123 ADELAIDE CARDOSO TRINDADE: Já é a operação. DES.
124 PRESIDENTE: Já é a operação? SRA. MARIA ADELAIDE CARDOSO
125 TRINDADE: É. DES. PRESIDENTE: Vai ser feita... como é o nome?
126 Gleba do Aurá? Qual é? SRA. MARIA ADELAIDE CARDOSO
127 TRINDADE: Torres do Aurá 2, município de Ananindeua. DES.
128 PRESIDENTE: Torres do Aurá 2. Também não pertence à nossa área de
129 atuação, pelo menos até hoje, não pertence à área de atuação.
130 Entretanto, nós vamos se fazer presentes para saber efetivamente o que
131 irá ocorrer. E se porventura tiver que colocarmos os pingos nos is através

4

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

132 da comissão, como presidente da comissão, estarei lá, onipresente não.
133 O doutor vai me representar lá, entretanto, qualquer situação que ocorra
134 de decisão, ele me informará. Tanto me comunicarei com o tenente
135 coronel Aquino. Na realidade não sei de onde vem, de onde parte. Vai
136 saber lá. Vai saber qual é a operacionalização que irá haver. É urbana,
137 não é agrária, mas eu me senti no direito de participar os senhores. E
138 como quarto item, que nós temos aqui... SRA. HERENA NEVES MAUÉS:
139 Doutor, eu posso me manifestar? Eu levantei a mão aqui no chat. DES.
140 PRESIDENTE: Pois não. SRA. HERENA NEVES MAUÉS: É a Herena.
141 DES. PRESIDENTE: Pois não, Dra. Herena. SRA. HERENA NEVES
142 MAUÉS: Isso, Ministério Público do estado. Eu queria que fosse melhor
143 informada essa questão de Ananindeua, porque existe a lei que enquanto
144 durar a pandemia não pode haver esses tipos de cumprimento de
145 reintegração de posse. Então eu gostaria realmente de saber, assim, os
146 detalhes disso e, assim, entender por que está havendo. Vai haver uma
147 operação, está sendo organizada uma operação? DES. PRESIDENTE:
148 Eu queria saber só da Dra. Herena se o Ministério Público foi convidado
149 para essa reunião lá? SRA. HERENA NEVES MAUÉS: Não sei, doutor.
150 Não posso lhe dar certeza, porque eu não falei com todos os meus
151 colegas de Ananindeua, porque eu não estava sabendo realmente desse
152 cumprimento. DES. PRESIDENTE: Nem eu. SRA. HERENA NEVES
153 MAUÉS: Mas se o senhor me deixar um momento, eu vou me informar e
154 lhe aviso, com certeza eu passo essa informação para a ouvidoria. DES.
155 PRESIDENTE: Absoluta certeza, doutora. Absoluta certeza. SRA.
156 HERENA NEVES MAUÉS: Perfeito, doutor. DES. PRESIDENTE: Eu só
157 vou tomar conhecimento efetivo da coisa por ocasião da informação que
158 o Dr. Laércio vai me trazer. SRA. HERENA NEVES MAUÉS: Entendi. Aí
159 o senhor também passa para a comissão então, e eu faço esse
160 levantamento junto aos meus colegas, tá bem? DES. PRESIDENTE: Isso,
161 isso, isso. SRA. HERENA NEVES MAUÉS: Perfeito, obrigada. DES.
162 PRESIDENTE: Por que estou lhe falando isso? Não pertence à nossa
163 área de atuação, pelo menos no momento. Eu irei ter uma reunião na
164 próxima segunda ou terça-feira, com o Dr. Cesar Nader Mattar Júnior, que

5

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

165 é o procurador geral, e pedi a ele, inclusive, que solicitasse o
166 comparecimento também nesta reunião do doutor, que é o procurador
167 agora que está agora na vara agrária, o Dr. Waldir Macieira, para que
168 esteja conosco lá, para nós viabilizarmos uma série de situações que têm
169 pendente. SRA. HERENA NEVES MAUÉS: Perfeito, doutor. DES.
170 PRESIDENTE: Nós não podemos ficar com pendência. Essa aí é uma
171 delas. Nós temos que atuar, e vejo eu, tá? Eu venho lutando para isso.
172 Mas toda luta é boa. Tem que ser... tem que ser efetivamente? Ela tem
173 que ser árdua para nós conseguirmos o resultado. SRA. HERENA NEVES
174 MAUÉS: Perfeito, doutor. Então eu vou fazer esse levantamento, lhe
175 passo esse nome e passo as informações do Dr. Laércio. Fica tranquilo.
176 Muito obrigada, tá? DES. PRESIDENTE: Eu não tenho conhecimento...
177 só me veio isso. SRA. HERENA NEVES MAUÉS: Sim, eu compreendi.
178 DES. PRESIDENTE: Quando for participar, eu vou. SRA. HERENA
179 NEVES MAUÉS: Adelaide, só me confirma a gleba, por favor. DES.
180 PRESIDENTE: Confirma aí, Dra. Adelaide. SRA. MARIA ADELAIDE
181 CARDOSO TRINDADE: É gleba Torres do Aurá 2. DES. PRESIDENTE:
182 Torre do Aurá 2. SRA. MARIA ADELAIDE CARDOSO TRINDADE: Isso.
183 DES. PRESIDENTE: Acredito eu, viu, doutora? Que seja aquela gleba,
184 né? Já foi feito uma vez. Tenho conhecimento da lei, agora, por não ser
185 na nossa área atuação, nós ficamos tolhidos até de fazer alguma coisa
186 com relação a isso. Da vez passada, por exemplo, dessa que foi feita,
187 tramitou pela 7ª Vara Cível Empresarial. E o juiz lá indeferiu a liminar. Só
188 que a Petrobras agravou, e a desembargadora... não só ela, a
189 desembargadora Eva, mas não só ela. Ela levou para a turma, e a turma
190 decidiu conceder a liminar e mandar cumprir. Então, fugiu à nossa
191 concepção aqui. Não é área agrária, então a comissão não poderia se
192 meter, mas mesmo assim, mesmo assim, eu estive lá, porque eu estava
193 preocupado, torno a dizer, com o ser humano. Como eu estou preocupado
194 com essa aqui da Triângulo. Não sei se os senhores receberam todo o
195 material, mas o deputado Bordalo me mandou uma série de atrocidades
196 que lá fizeram. Mas eu já encaminhei ofício também ao superintendente...
197 ao delegado geral, ao secretário de Segurança Pública, para saber o que

6

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

198 foi que houve. Me dá a informação que na realidade não sei. Não tenho
199 aval, pelo menos eu não tenho nenhuma informação aqui que tenha aval
200 do Judiciário. E como no ofício veio me dizendo que tem aval do
201 Judiciário, então mexeu com a gente. Mexeu com a comissão, mexeu
202 comigo, que pertencço ao Judiciário, eu quero saber quais são. E até o
203 momento ainda não recebi, mas estou querendo essa informação. Pois
204 não. João. João de Jesus, bom dia. SR. JOÃO DE JESUS: Sim, bom dia.
205 João de Jesus. DES. PRESIDENTE: Vamos passar para o quarto item.
206 Enquanto isso... SRA. JANICE: Desembargador, desembargador. DES.
207 PRESIDENTE: Pois não, Dra. Janice. SRA. JANICE: Janice da PGE, tudo
208 bem? Eu queria só fazer um esclarecimento, desembargador, em relação
209 a essa legislação, que no caso vedava remanejamento de pessoas
210 durante a pandemia. O que se verificou é que essa legislação, ela é
211 inaplicável, porque ela... eu estou até procurando aqui o decreto
212 legislativo, ela, digamos assim, ela valia enquanto estava vigente o
213 Decreto Legislativo número 6. Eu estou tentando procurar aqui para
214 saber. E esse Decreto Legislativo número 6, que decretou estado de
215 calamidade durante a pandemia, ele vigorou até 31 de dezembro de 2020.
216 Então, na verdade, a lei, ela é inaplicável, porque ela já perdeu a eficácia.
217 Então, a gente está providenciando a revogação da lei, né? Mas a gente
218 já está nos processos que são necessários o cumprimento, e eu estou
219 aqui justificando por que está sendo cumprida, né? Porque a lei é
220 inaplicável, entendeu? É isso. Só para deixar esclarecida essa questão.
221 DES. PRESIDENTE: Tá, mas eu não sei se na lei, eu não vi a lei, eu não
222 estudei a lei, mas não sei se na lei dá que é só durante esse período que
223 terminou agora em dezembro, não é isso? Se tem, tudo bem. Se não tem,
224 a lei tem que ser cumprida, enquanto não for revogada ou enquanto não
225 houver, porque eu estou dizendo as pessoas dizerem: "É
226 inconstitucional". É inconstitucional, vírgula. É uma lei. Enquanto não for
227 declarada a sua inconstitucionalidade, está em vigor. SRA. JANICE: Na
228 verdade, a gente não está falando de inconstitucionalidade, estamos
229 falando de ineficácia. DES. PRESIDENTE: Não, sim. SRA. JANICE: Ela
230 está subordinada à vigência do decreto legislativo. DES. PRESIDENTE:



7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

231 Ao tempo, né? SRA. JANICE: Isso. E o decreto legislativo já não tem mais
232 eficácia. Então, como ela está subordinada, na verdade, ela nem
233 precisava ser revogada expressamente, mas a gente está providenciando
234 isso para evitar qualquer problema, qualquer discussão. Só para
235 esclarecer mesmo a questão para a comissão e para Vossa Excelência.
236 DES. PRESIDENTE: Não, tudo bem. Com a palavra a Dra. Herena. Feita
237 as explicações, Dra. Herena, com relação ao que a Dra. Janice acaba de
238 colocar. Eu não tenho conhecimento... SRA. HERENA NEVES MAUÉS:
239 Sim, doutor. Eu agradeço a Dra. Janice pelos esclarecimentos, mas ainda
240 assim como eu me comprometi com o senhor, vou perguntar se algum
241 colega meu foi convocado para essa situação lá em Ananindeua, tudo
242 bem? Aí eu lhe aviso. DES. PRESIDENTE: E se tiver algum
243 esclarecimento posteriormente, pode me colocar que a gente troca
244 figurinhas. SRA. HERENA NEVES MAUÉS: Tudo bem, doutor. Muito
245 obrigada. Agradeço sua gentileza. SR. ANTONIO CARLOS APOLINÁRIO
246 DE S. CARDOSO: Desembargador, eu poderia falar um pouquinho? DES.
247 PRESIDENTE: Pois não, [ininteligível]. SR. ANTONIO CARLOS
248 APOLINÁRIO DE S. CARDOSO: [ininteligível]. Perfeito. Não, a minha fala
249 é num sentido diferente, é de elogiar a ação da comissão, da sua
250 proatividade em comparecer nesses conflitos urbanos. Acho que é o
251 momento da comissão repensar e quiçá ampliar seu escopo, porque cada
252 vez mais há casos de grilagem em áreas urbanas e conflitos urbanos se
253 alastram. A própria lei de regularização fundiária, inclusive, ela traz cada
254 vez mais essa relação entre o rural e o urbano, e a aplicação de ações de
255 regularização em áreas que antigamente eram vistas como rurais. Então,
256 elogio a atitude da comissão e coloco também à disposição, quem sabe,
257 de ampliarmos nosso escopo de atuação. Fica os elogios da Anoreg pela
258 proatividade da Ouvidoria Agrária. DES. PRESIDENTE: Obrigado, doutor.
259 Só para um esclarecimento, eu estou desde o ano passado, que essa
260 pandemia agora veio, né? Mas desde o ano passado, eu estou com... eu
261 encaminhei à presidência do tribunal, tanto a anterior como a atual, um
262 projeto de lei feito de forma arbitrária, porque eu não conheço a técnica
263 legislativa, mas encaminhei à presidência, está sendo estudado para nós

8

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

264 abrangermos não só o campo mas como o urbano, que eu denominei
265 como sendo Ouvidoria Fundiária. Então nós iremos tratar, desde que
266 aprovado, né? Tanto área rural quanto urbana. É o que... não sei se foi
267 encaminhada uma cópia às pessoas que fazem parte da comissão. É,
268 Adelaide. Foi encaminhado ou não? SRA. MARIA ADELAIDE CARDOSO
269 TRINDADE: Doutor. DES. PRESIDENTE: O projeto de lei que nós
270 mandamos para a Dra. Célia Regina, presidente do egrégio tribunal. SRA.
271 MARIA ADELAIDE CARDOSO TRINDADE: Na época não foi mandado,
272 não, desembargador. DES. PRESIDENTE: Não? SRA. MARIA
273 ADELAIDE CARDOSO TRINDADE: Não. DES. PRESIDENTE: Então, por
274 favor, vamos mandar, porque pode ser que surja, nós temos alguns
275 técnicos aqui em legislação, pode ser que algum técnico em legislação
276 possa incluir alguma situação. Porque nós estamos trazendo também,
277 num outro setor para ser encampado pela Ouvidoria Agrária, que é
278 justamente aquele setor que faz perícia, aonde todo mundo se acaba
279 naquela perícia. É aquele setor que está desorganizado. Só tem uma
280 pessoa. Então vamos trazer para cá, vamos nos organizar. Vamos nos
281 organizar. Entendo também que nessa reunião que vou manter com o
282 procurador geral, lá nós temos aqueles setoriais do Ministério Público,
283 Dra. Herena, a senhora é melhor para falar disso. Nós vamos incrementar
284 também com a nossa participação, com a nossa ajuda, né? Nós vamos...
285 para que irmanados nós não tenhamos mais conflitos, tanto no campo, e
286 agora, Dr. Antônio Carlos, também na área urbana. Mas para isso nós
287 precisamos do encaminhamento de uma lei, que está revogando uma
288 outra, para o Legislativo fazer esse tipo de transformação. E eu, agora,
289 desde logo eu falo para a Dra. Adelaide mandar uma cópia para cada um
290 dos membros da comissão, para estudar e ver se é isso que nós
291 queremos ou não. Em que pese eu ser o presidente da comissão, mas eu
292 também não sou o dono da verdade, né? Então nós temos que nos apoiar
293 mutuamente, entendo assim. **ITEM 4:** Então vou passar para o Item 4. O
294 Dr. Tiago, infelizmente por compromissos outros, não pôde estar
295 presente. Nós temos algum da AGU aqui na reunião hoje ou não? Dra.
296 Carol, meus parabéns pela reunião de ontem, viu? Foi muito profícua.

9

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

297 muito profícua. O Incra efetivamente foi um dos baluartes, está sendo um
298 dos baluartes na nossa realização das coisas. O conhecimento sempre é
299 bom, sempre é maravilhoso. Dê meus parabéns também ao
300 superintendente do Incra. Dr. Amarildo, um bom dia. SR. AMARILDO
301 MAZUTTI: Bom dia, desembargador. Conforme eu falei, Dr. Thiago, que
302 ia trazer as nossas informações, foi deliberado no dia 12/3. Pois não?
303 Quem falou? Dra. Carol pediu a palavra? Fique à vontade. Não? Porque
304 foi deliberado na comissão, sobre o Marajó, né? Foi encaminhado um
305 ofício ao Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, o órgão
306 presidente do comitê gestor do abraço [ininteligível] solicitando
307 informações sobre as atividades já desenvolvidas de forma concreta,
308 solicitando número de telefone, e-mail para comunicações conjuntas,
309 disponibilizando a composição do GT Marajó. Em resposta a esta
310 comissão, foi disponibilizado o e-mail e número do contato telefônico por
311 meio dos quais foi marcada a reunião entre o GT Marajó e a coordenação
312 do Abrace o Marajó, vinculado ao Ministério da Mulher. E essa reunião,
313 pelo que tem aqui, ocorreu na quarta-feira, 14/4. O Dr. Tiago foi que tomou
314 a iniciativa da comissão. Hoje, infelizmente, por motivos alheios à vontade
315 dele, ele não pôde estar presente, então nós vamos voltar com esse
316 assunto na próxima reunião, tá? Nós temos que nos inteirar, efetivamente,
317 sobre o que está acontecendo neste assunto. **ITEM 5:** E aqui nós temos
318 o que ocorrer. Nós temos mais alguma coisa, Dra. Adelaide? SRA. MARIA
319 ADELAIDE CARDOSO TRINDADE: Não, doutor. Não temos. Não sei se
320 os membros têm alguma coisa para acrescentar. DES. PRESIDENTE:
321 Mais alguma coisa? Eu pergunto ao Dr. Amarildo. Dr. Amarildo, está tudo
322 sob controle na sua vara agrária? Não estou lhe ouvindo, doutor. Ligue
323 seu microfone. SR. AMARILDO MAZUTTI: Bom dia, desembargador.
324 Bom dia a todos. Não, está tudo tranquilo. Marabá está... agora está
325 começando o bandeiramento amarelo, né? E nós vamos ter que começar
326 a marcar as reintegrações de posse. Acho que tem mais ou menos umas
327 30 para fazer e mais alguns casos de algumas reincidências que houve
328 as reintegrações de posse, e as pessoas descumpriram ordem judicial,
329 entraram nas áreas de novo, né? Então tem que tomar as providências

10

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

330 Então acredito que agora vai começar mesmo a efetividade. DES.
331 PRESIDENTE: Foi esclarecido pela Dra. Janice, o senhor não estava
332 ainda presente, que a lei estadual que fazia com que não se fizesse o
333 remanejamento de pessoas, ela perdeu a eficácia. Ela perdeu a eficácia,
334 né, Dra. Janice? SRA. JANICE: Isso, Excelência. Eu estou até aqui com
335 o Decreto Legislativo número 6, de 20 de março de 2020, que decretou
336 estado de calamidade, o art. 1º assim dispõe: *"Fica suspenso enquanto*
337 *perdurar o estado de calamidade pública previsto no Decreto 6, de 20 de*
338 *março de 2020, o cumprimento de medidas judiciais, extrajudiciais ou*
339 *administrativas que impliquem em despejos, desocupações ou remoções*
340 *forçadas em imóveis privados ou públicos, urbanos ou rurais no estado*
341 *do Pará"*. Só que esse referido decreto, como eu já falei, ele vigorou até
342 31 de dezembro de 2020 e ele não teve seus efeitos prorrogados, né?
343 Então a aplicação da lei, a lei estadual que suspende as ações de
344 desocupações, ela também perde sua aplicabilidade, né? Já que a
345 condição, ela está atrelada ao decreto. DES. PRESIDENTE: Tá bom, tá
346 bom. Viu, Dr. Amarildo? Agora são 30, Dr. Amarildo? SR. AMARILDO
347 MAZUTTI: Eu tenho várias áreas, várias fazendas que foram
348 reintegradas, levaram anos para a gente poder reintegrar, como a
349 Fazenda Cedro. E aí as pessoas voltaram a invadir de novo. E aí é aquela
350 situação, Fazenda Cedro, fazenda [ininteligível], são várias fazendas que
351 o pessoal não respeita, né? Voltaram a ocupar, aí determinei a prisão das
352 pessoas, e até a delegacia para crimes de desobediência, mas daí para
353 poder entrar nessas áreas, precisa [ininteligível] para poder acompanhar,
354 né? Porque a polícia não consegue entrar. Então, são muitas áreas
355 conflituosas, tem muitas fazendas para desocupar. E aí essa lei estadual,
356 na verdade, eu acredito que o governador deveria ter... não ter
357 sancionado, né? Mas de qualquer forma, o Dr. André, em Castanhal, ele
358 já declarou a inconstitucionalidade dessa lei no controle, e eu também vou
359 decretar a inconstitucionalidade dela na aplicação local lá. Não tem como
360 fugir. DES. PRESIDENTE: Mas não há necessidade mais, Dr. Amarildo,
361 não há necessidade mais, mesmo porque, primeiro, ela perdeu a eficácia.
362 Segundo, a Dra. Janice está informando que a própria Procuradoria Geral

11





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

363 do estado, para evitar qualquer tipo de situação de alegarem futuramente,
364 ela vai colocar, tornar sem efeito publicamente via Assembleia Legislativa,
365 é isso, Dra. Janice? SRA. JANICE: Isso, Excelência. A gente vai fazer os
366 procedimentos para revogação. O governo já deu a entrada, agora fica a
367 critério da Alepa. DES. PRESIDENTE: Tá certo, tá bom. Tá, doutor?
368 Amarildo, agora me faça um favor, depois o senhor pega essa relação, a
369 relação das fazendas, todas elas que poderão ser objeto de reintegração
370 de posse, mande para a Ouvidoria aqui, tá? Para nós tomarmos
371 conhecimento. SR. AMARILDO MAZUTTI: Vou fazer, sim. DES.
372 PRESIDENTE: E eu quero lhe esclarecer uma coisa, que eu estou indo,
373 não é da área da agrária, é da área urbana, em umas reuniões junto ao
374 comando especial para saber na realidade o que eles vão fazer. Eu estou
375 fazendo isso justamente por causa do juízo agrário. Até o momento não
376 teve nenhuma do juízo agrário, mas se tiver, eu já sei o que irá acontecer.
377 Porque eles fazem um plano muito bom, muito bom mesmo. Os planos
378 deles são muito bons. E no dia da eficácia(F), ou, por exemplo, nessa que
379 fizeram, tinham 300 famílias. Quando eles... primeiro, eles vão lá com o
380 oficial de justiça, avisam que tal dia eles vão entrar. E quando lá
381 chegaram, só já tinha 50. As pessoas já tinham saído, e aí não houve
382 nenhum problema, graças a Deus, transcorreu tudo normal. Então pediria
383 que o senhor me mandasse, que eu trabalharei junto ao comando, desde
384 que logicamente obedeçam as situações deles lá, porque também não
385 tem efetivo para muita gente. Está falando em 30... São 30. Só para
386 Marabá. Já pensou se tiver também em Redenção? Se tiver em
387 Santarém? Se tiver em Altamira? Se tiver aqui em Castanhal, nessa área
388 toda que abrange? Então vamos com calma, vamos com calma, calma
389 que quanto mais calma nós tivermos, é melhor. Mas que deve ser
390 efetuada a reintegração de posse de acordo com decisão judicial, deve.
391 Por exemplo, eu recebi do doutor... Goianésia pertence ao senhor? SR.
392 AMARILDO MAZUTTI: Também, também. Pertence a mim. DES.
393 PRESIDENTE: Pois é. Aqui estão me informando, o deputado Bordalo me
394 informou que a Fazenda Triângulo, né? Ele me mandou um relatório aqui
395 efetivamente, lá mexeram com o ser humano. Só que eu pedi

12

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

396 esclarecimentos maiores para ele, porque ele me informa que está sendo
397 feito um despejo, que de acordo com [ininteligível] para que seja feito com
398 aval do Poder Judiciário. Eu quero saber quais são essas áreas que estão
399 aval do Poder Judiciário, para mim conversar com o Dr. Amarildo, para
400 mim conversar com o Dr. André, para mim conversar com todos os juízes
401 agrários para efetivamente saber o que está ocorrendo. Por exemplo, eu
402 não sei o que tem na Fazenda Triângulo. Tem alguma coisa aí? SR.
403 AMARILDO MAZUTTI: Olha, desembargador, eu vou ter que dar uma
404 olhada sobre a Triângulo. Mas o que acontece, na verdade, é o seguinte.
405 Quando a gente defere a reintegração de posse, aí como demora para
406 cumprir, aí, lógico, tem pessoas que moram lá no local, aí fazem uma
407 análise, tiram foto, as pessoas são pobres, geralmente, as que ficam, né?
408 E aí aquela questão da vitimologia, né? Aí tudo é fácil. Aí é aquela
409 situação. Mas cada caso é um caso. Eu não tenho agora informação da
410 Triângulo, porque só em Goianésia, eu tenho 4 reintegrações para fazer.
411 Só em Goianésia, eu tenho 24 municípios. DES. PRESIDENTE: Certo,
412 certo. Eu só perguntei, só illustrei, porque eu quero saber com ele, aí de
413 posse das suas informações também, futuramente o senhor irá mandar
414 para mim, para mim saber o que está havendo. Porque se houve ordem
415 judicial, se não houve, porque tem isso também. As pessoas fazem a
416 reintegração e dizem que foi o Poder Judiciário que mandou. E não foi,
417 entendeu? Bom, mas eu estou... isso aqui é questão para depois. O
418 senhor me mandaria, por favor? SR. AMARILDO MAZUTTI: Mando, sim.
419 DES. PRESIDENTE: Me mande, por favor, que a gente procura ver.
420 Como não tem mais nada a tratar, Dra. Herena, assim que o Dr. Laércio
421 vir de lá, eu irei me comunicar com a senhora, tá? Ou eu, ou ele, tá certo?
422 Anote... [falas sobrepostas] SRA. HERENA NEVES MAUÉS: Obrigada,
423 doutor. DES. PRESIDENTE: Tá bom? Então nós vamos dar por
424 encerrada... SRA. HERENA NEVES MAUÉS: Doutor... DES.
425 PRESIDENTE: Dra. Adelaide, quando é que pode ser a próxima sessão?
426 SRA. MARIA ADELAIDE CARDOSO TRINDADE: Pode ser dia 11 de
427 junho. DES. PRESIDENTE: Dia 11 de junho. Tá bom para os senhores?
428 SRA. MARIA ADELAIDE CARDOSO TRINDADE: Sexta-feira. ORADOR

13

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 14/05/2021

429 NÃO IDENTIFICADO: Ok, por mim sem problema. DES. PRESIDENTE:
430 Dia 11 de junho, tá bom? SRA. HERENA NEVES MAUÉS: De acordo,
431 doutor. DES. PRESIDENTE: Oi? ORADORA NÃO IDENTIFICADA: De
432 acordo. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: De acordo. DES.
433 PRESIDENTE: Dia 11 de junho, nós vamos participar, tá bom? Então um
434 bom dia a todos, e muito obrigado pela presença, tá? [falas sobrepostas]
435 ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Bom dia a todos. ORADOR NÃO
436 IDENTIFICADO: Bom dia a todos, bom fim de semana. ORADOR NÃO
437 IDENTIFICADO: Bom dia, bom dia. ORADORA NÃO IDENTIFICADA:
438 Bom dia a todos. Assim eu, Laércio dos Santos Rosa Junior, servindo
439 como Secretário da CPMEAQLG, transcrevi. //////////////////////////////////////

440

441

442

443

444

445

446

Des. MAIRTON MARQUES CARNEIRO
Ouvidor Agrário e Presidente da Comissão Permanente de
Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
Grilagem – CPMEAQLG

